

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Jornal de Brasília

Arquivado o recurso de filho de Lula

12/01/2016

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decidiu ontem arquivar a apuração sobre irregularidades na intimação de Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como Luís Cláudio foi intimado após as 23h, em outubro de 2015, o ministro havia pedido esclarecimentos à Polícia Federal para averiguar se esse procedimento era fora do usual. Segundo o ministério, não foram constatadas irregularidades.

O filho do ex-presidente Lula foi intimado pela PF, na Operação Zelotes, para esclarecer suspeitas de que uma empresa dele teria recebido propina em esquema de corrupção que atuava no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda.

SIGILO QUEBRADO

Foi também em outubro de 2015 que a Justiça Federal autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do empresário e de sua empresa, a LFT Marketing Esportivo.

A decisão da 10ª Vara Federal em Brasília, que abrange o período de 2009 a 2015, também alcançou o ex-ministro e ex-chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho.

A empresa de Luís Claudio recebeu R\$ 2,5 milhões do escritório de consultoria Marcondes & Mautoni, do lobista Mauro Marcondes Machado. O escritório é o mesmo contratado por montadoras de veículos para fazer lobby pela edição das normas que estenderam benefícios fiscais que as beneficiaram.

Uma perícia da PF concluiu que a consultoria prestada pela LFT à Mautoni foi feita a partir de cópias de informações da internet, em especial do site de pesquisas Wikipédia.

EX-PRESIDENTE NEGA

» No último dia 6, o ex-presidente Lula prestou depoimento à Polícia Federal sobre suposto esquema de "venda" de medidas provisórias em seu governo.

» A assessoria do ex-presidente afirmou que as MPs editadas em seu governo, tiveram como objetivo promover o desenvolvimento "sem favorecimento a qualquer setor".

O Estado de S.Paulo

Edison Lobão tem o sigilo fiscal e bancário quebrado

12/01/2016

MARIANA TOKARNIA

Da Agência Brasil Brasília

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do senador Edison Lobão (PMDB-MA), segundo a assessoria de imprensa do STF. A quebra dos sigilos foi solicitada pela Polícia Federal e concedida em 10 de dezembro de 2015, antes do início do recesso do Judiciário.

Além de Lobão, o STF também permitiu a quebra dos sigilos de André Serwy, suposto operador do senador, e de empresas ligadas ao senador. O nome do ex-ministro de Minas e Energia foi citado em delação premiada no âmbito da Operação Lava Jato que investiga desvios de dinheiro na construção da Usina Nuclear Angra 3.

Procurado pela reportagem, o advogado do senador, Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que o senador já tinha colocado os sigilos à disposição da investigação quando prestou depoimento à Polícia Federal.

FILHO DE LULA

O Ministério da Justiça informou ontem que o ministro José Eduardo Cardozo decidiu arquivar a apuração sobre o procedimento de intimação de Luís Cláudio Lula da Silva, filho caçula do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a pasta, após cobrar esclarecimentos à Polícia Federal, Cardozo concluiu que não houve irregularidades na intimação.

Em 27 de outubro do ano passado, Luís Cláudio foi intimado a depor à PF para esclarecer as suspeitas de que uma empresa dele recebeu propina do esquema de corrupção que atuava no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda. A suposta fraude em julgamentos e venda de sentenças do Carf é investigada pela Operação Zelotes.

Como a intimação havia ocorrido após 23h, Cardozo, pediu esclarecimentos ao diretor-geral da PF, Leandro Daiello, para apurar se o procedimento ocorreu fora do procedimento usual .

Folha de Pernambuco - PE

Ministro arquiva esclarecimentos

12/01/2016

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, decidiu arquivar a apuração sobre o procedimento de intimação de Luís Cláudio Lula da Silva, filho açula do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia ido intimado a depor em outubro de 2015.

Cardoso, que avia solicitado explicações a Polícia Federal sobre a convocação, teria revisto sua decisão após concluir que não avia irregularidades no processo. Luís Cláudio foi intimado a depor à PF para esclarecer as suspeitas de que uma de suas empresas recebeu propina do esquema de corrupção que atuava no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ligado ao Ministério da Fazenda.

A suposta fraude em julgamentos e venda de sentenças do Carf é investigada pela Operação Zelotes. Na ocasião, a intimação do empresário foi expedida após as 23h e, por isso, Cardozo pediu esclarecimentos ao diretor-geral da PF, Leonardo Daiello, para apurar se o procedimento ocorreu "fora do procedimento usual". Em outubro de 2015, a PF cumpriu mandado de busca e apreensão nas empresas de Luís Cláudio, em São Paulo, por ordem da juíza Celia Regina Bernardes.

No despacho que ordenou as buscas, a magistrada ressaltou que a LFT - uma das empresas do filho de Lula - recebeu, em 2014, R\$ 1,5 milhão do escritório de advocacia do vice-presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), Mauro Marcondes. O escritório de Marcondes é investigado na Zelotes por ter atuado de forma supostamente ilegal pela aprovação da MP 471, que beneficiou o setor automotivo. Desde o ano passado, a defesa de Luís Cláudio tem negado irregularidades nos contratos.